



XXIV
Mostra
de Iniciação
Científica

SEMANA DO
CONHECIMENTO

A Universidade em movimento

De **7 a 10** de outubro de 2014



RESUMO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TRABALHO DECENTE: EVIDÊNCIAS DO ADOECIMENTO DO TRABALHADOR NO BRASIL

AUTOR PRINCIPAL:

ALÍCIA CECHIN

E-MAIL:

alicia_cechin@hotmail.com

TRABALHO VINCULADO À BOLSA DE IC::

Não

CO-AUTORES:

SÍLVIA LETÍCIA BAMPI
CLEIDE FÁTIMA MORETTO

ORIENTADOR:

CLEIDE FÁTIMA MORETTO

ÁREA:

Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras e Artes

ÁREA DO CONHECIMENTO DO CNPQ:

6.03.04.01-4 Crescimento e Desenvolvimento Econômico

UNIVERSIDADE:

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO - UPF

INTRODUÇÃO:

A dimensão social é apenas uma das dimensões envolvidas no desenvolvimento sustentável e o trabalho decente (OIT, 2014) pode ser considerado um dos seus vetores. Assumir o conceito amplo de trabalho decente e o contexto do desenvolvimento sustentável (SACHS, 2004, PRONI, 2013), que devem ser seguidos pelos gestores do mundo todo, implica enfatizar questões relativas ao trabalho, sobretudo as condições de trabalho. Assim, se o trabalho não é capaz de assegurar as condições mínimas de saúde do trabalhador ele não pode ser considerado decente. Sabe-se que quanto mais precarizado for o mercado de trabalho, maior o risco de adoecimento dos trabalhadores, implicando em elevados custos individuais e sociais. A relação entre o trabalho e a democracia está pautada na manutenção de um sistema social estável. Os fatores opostos distorcem os conceitos de decência, desenvolvimento e sustentabilidade. O estudo busca examinar as evidências dos acidentes de trabalho no Brasil.

METODOLOGIA:

Do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa evidencia características de cunho descritivo, com abordagem quantitativa. Quanto ao procedimento da coleta de dados, o mesmo realizou-se através de pesquisa bibliográfica, na área da saúde do trabalhador, e pesquisa de levantamento de dados secundários. As variáveis adotadas foram acidentes de trabalho totais, que envolvem os acidentes típicos, de trajeto e as doenças de trabalho, com Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e sem CAT, uma forma de captar os efeitos da informalidade, para o Brasil e grandes regiões. Os dados foram extraídos da base de dados do Ministério da Previdência Social, Dataprev (BRASIL. MPS, 2014) e compreende o período entre 1999 a 2012.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Na estrutura ocupacional brasileira uma parcela importante da população mantém-se na informalidade. A dinâmica produtiva e a busca de desenvolvimento sustentável tem como desafio a grande dívida social, sobre a forma de desemprego e subemprego, evidenciados em ocupações desprotegidas do ponto de vista da saúde e segurança do trabalhador. Analisando as macrorregiões demográficas brasileiras, dados de 2012, observa-se que a região Sudeste conta com o maior número de acidentes de trabalho, 386.904 casos (54,9%) do total nacional. Em seguida, estão as regiões Sul, que registrou 148.944 casos (21,1%), Nordeste, com 88.827 casos (12,6%), Centro-Oeste, com 49.113 casos (7,0%) e, por fim, Norte, com 31.451 casos (4,5%). Portanto, os acidentes tem forte correlação com a matriz produtiva e ocupacional do país e seus movimentos. Enquanto no período entre 1999 e 2012 o número de acidentes de trabalho totais no Brasil aumentou 81,8%, as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste apresentaram um aumento de 249,7%, 246,6% e 194,2%, respectivamente; as regiões Sudeste e Sul apresentaram um crescimento mais ameno no período, de 54,7% e 72,0%, na sequência. Nas regiões Norte e Nordeste destacam-se os casos dos estados de Rondônia, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; Bahia e Rio Grande do Norte reduziram seus índices. Os acidentes típicos são a maioria dos casos, seguidos pelos acidentes sem CAT, pelos acidentes de trajeto e pelas doenças do trabalho. É notável a expansão dos casos de acidentes de trajeto e dos acidentes sem CAT (disponíveis a partir de 2007), enquanto os casos de doenças de trabalho com CAT reduziram-se. Tais evidências estão associadas ao maior acesso à informação, da parte das empresas e dos trabalhadores, e a melhoria no processo de notificação, sobretudo no caso dos registros sem CAT.

CONCLUSÃO:

Os acidentes de trabalho acarretam elevados custos econômicos e sociais para empresas, para as famílias dos trabalhadores vitimados e para a sociedade. Desta forma, as políticas públicas têm um papel decisivo na promoção da saúde do trabalhador e na prevenção aos agravos, de forma a garantir as condições de trabalho decente para o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Previdência Social - MPS. Estatísticas da Previdência. Base de Dados Históricos de Acidentes de Trabalho. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/infologo/>>. Acesso em 07 ago. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. Promovendo o trabalho decente. Brasília: Escritório da OIT Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>. Acesso em 2 mar. 2014.

Assinatura do aluno

Assinatura do orientador